

TOGLIATTI, DE GRAMSCI A YALTA¹

Guido LIGUORF

Quarenta anos depois de sua morte, Togliatti continua a causar discussões na Itália. As atuais interrogações sobre aspectos e momentos da sua obra teórica e política testemunham o grande papel que o dirigente comunista teve na história da Itália e na história do comunismo do século XX, papel que, evidentemente, faz com que sua sombra se projete até hoje.

Pode-se dizer que Gramsci e Togliatti deixaram sua marca numa parte ampla da esquerda italiana do século passado. Talvez mais o segundo do que o primeiro, dado também o modo como suas diferentes biografias se desenrolaram.³ Não houve, nos dois líderes comunistas, uma inspiração inteiramente unitária ou sobreposta, como por muito tempo se pensou e se disse: existiram e contaram as diferenças de pensamento e também de posição política. Mas tampouco houve aquela distância que às vezes – com propósitos diferentes – se quis apontar, **condenando** o segundo e **absolvendo** o primeiro com justificativas freqüentemente tendenciosas: basta pensar nas várias “campanhas historiográficas” com as quais o PSI de Craxi ativamente “fez política” a partir da segunda metade dos anos 1970 até o início dos anos 1990, desde as polêmicas da sua revista *Mondoperaio* àquela sobre a sorte dos soldados alpinos na União Soviética, passando pela acusação a Togliatti de ter sido o verdadeiro “carrasco” de Gramsci e pela questão Bukharin.⁴

¹ Tradução de Luiz Sérgio Henriques.

² Universidade de Cosenza – 00141 – Roma – Itália.

³ É evidente que, no seu conjunto, a contribuição teórico-política de Gramsci foi a mais vital: hoje, ele é o único marxista (além de Marx!) a ser amplamente traduzido, lido e estudado em todo o mundo. De resto, o próprio Togliatti pressentia e augurava tal destino: “pareceu-me que a pessoa de Antonio Gramsci se deve colocar numa luz mais viva, que transcende as vicissitudes históricas do nosso partido” (TOGLIATTI, 2001, p. 308). Remeto à minha introdução a este volume para um tratamento mais amplo de alguns dos temas da relação Gramsci-Togliatti.

⁴ Alguns exemplos deste “desembaraçado uso público da história” foram recordados por Agosti (2004). Em 1988, Togliatti foi acusado por políticos e intelectuais do PSI de omitir-se por ocasião da execução de Bukharin em 1938. Este ataque não se baseava em nenhuma descoberta historiográfica. A acusação, feita estrepitosamente em boa parte da imprensa, foi deixada de lado uma vez esgotados seus efeitos políticos. Em 1992, Franco Andreucci, um historiador ex-comunista, anunciou a descoberta nos arquivos do ex-*Komintern*, em Moscou, de uma carta de Togliatti na qual este demonstrava grande cinismo sobre a sorte dos soldados italianos (na maioria, “alpinos”) que invadiram a URSS e foram aprisionados. Em

Hoje, salvo casos isolados, a reflexão parece mais serena, e a crítica – que não falta – menos grosseira. Ainda que, por certo, não privada de interesses “atuais”; a esquerda não pode prescindir da interpretação do próprio passado para ter uma identidade, que parece algo inteiramente por construir. Permanece emblemático o fato de que não existe hoje, na Itália, nenhuma grande força política que possa ser verdadeiramente definida como herdeira da tradição nascida com Gramsci e com Togliatti.⁵ Não é este o lugar para buscar os motivos disto, pois aqui só nos propomos uma rápida revisão e um breve reexame de alguns pontos decisivos da biografia política e intelectual de Togliatti.

A relação com Gramsci

Foi Bruno Gravagnuolo, num belo artigo que iniciou as recordações da figura do líder comunista por ocasião dos quarenta anos da morte, quem voltou em primeiro lugar (e com o objetivo de mostrar seu caráter infundado) à “lenda negra” que aponta Togliatti como “carrasco” de Gramsci, isto é, culpado da sua “não-libertação” do cárcere fascista (GRAVAGNUOLO, 2004). É uma lenda historiográfica que resiste a morrer, sobretudo porque alimentada por uma publicística tendenciosa, mas que, nos últimos anos, conquistou adeptos até na esquerda. Falo de lenda, porque até agora nada surgiu de novo, nem mesmo dos famosos arquivos moscovitas, capaz de mudar aquilo que há tempos já se sabia sobre a célebre carta de Grieco de 1928, sobre as suspeitas de Gramsci no cárcere,⁶ sobre a movimentação das irmãs Schucht no clima envenenado da Moscou dos anos 1930,⁷ sobre as tentativas de libertação do prisioneiro (estas, sim, reais e provadas) empreendidas por Togliatti, sobretudo através dos

seguida, comprovou-se que a tradução do documento fora truncada pelo próprio Andreucci. Pouco antes do seu desaparecimento por causa da operação Mãos Limpas, Craxi e a direção do PSI desencadearam nova campanha contra o PCI-PDS como herdeiros de um político cínico e desprezível, exigindo dos comunistas que renegassem o próprio passado (N. do T.)

⁵ Um balanço amargo da (não) presença de Togliatti na esquerda italiana de hoje está no belo artigo de R. Mordenti, “Togliatti quarant’anni fa. *E oggi?*”, *Liberazione*, 21 ago. 2004. O autor fala de “um cancelamento generalizado e, sob muitos aspectos, imperdoável”.

⁶ A. Agosti afirmou: “Na realidade, estas suspeitas não se baseavam em nenhum elemento: ao contrário, toda a documentação de que se dispõe demonstra o envolvimento ativo de Togliatti para tirar Gramsci da prisão” (*L’Unità*, 20 ago. 2004).

⁷ Silvio Pons apresentou recentemente novos documentos provenientes dos arquivos moscovitas da Internacional, relativos à verdadeira instrução processual (no clima do Grande Terror e num período em que estava “em desgraça” também por outros motivos) a que foi submetido Togliatti em Moscou, depois das denúncias das irmãs Schucht. O autor chega à conclusão de que “a documentação de 1938-1941 até agora surgida não contém elementos concretos que modifiquem sensivelmente nossos conhecimentos quanto à carta de 1928 e às tentativas de libertar Gramsci” (PONS, 2004, p. 113).

canais diplomáticos soviéticos, mas sempre rechaçadas por Mussolini (SPRIANO, 1977).⁸

Mais séria, no entanto, é a questão da divergência profunda entre Gramsci e Togliatti em 1926, relativa à possibilidade-necessidade de edificar o socialismo “num só país” e à possibilidade da “revolução no Ocidente” numa fase de “estabilização capitalista”. Quanto a este tema, a posição de Togliatti parece politicamente “justa”, partindo ele do suposto (que será adotado também por Gramsci no cárcere) de já se encontrar diante de uma derrota histórica e de uma fase de recuo e de “defesa de posições”. De resto, o próprio Gramsci, nos *Cadernos*, não hesitará em afirmar o equívoco da **linha política** de Trotski, linha alternativa àquela proposta pela maioria à qual Togliatti aderira (e que então, não se deve esquecer, também incluía Bukharin) (GRAMSCI, 1975, p. 489). Isto apesar de ser verdade que a carta de Gramsci ao grupo dirigente bolchevique – acusado de não saber administrar as divisões no seu interior de modo político, e não disciplinar – parece **hoje** “profética” quanto aos riscos de processo degenerativo do poder soviético. Resta o fato de que, do reexame recente da questão, realizado com base também em novos documentos, revela-se parcialmente redimensionada a “ruptura” entre Gramsci e Togliatti em 1926 (PISTILLO, 1996). Houve, por certo, um embate duro e uma divergência profunda, que a detenção de Gramsci (8 de novembro de 1926) cristalizou, até mesmo aos olhos dos pósteros. A verdadeira ruptura (política e não disciplinar-organizativa, como por vezes se alegou de modo instrumental) entre Gramsci e seu partido, inclusive Togliatti, consumou-se com a “virada” de 1929 e a política do “socialfascismo”. Mas deve-se dizer que Gramsci – o qual, mais do que o amigo, sentiu profundamente a fratura – continuou a escrever suas cartas do cárcere, sabendo muito bem que o destinatário delas era também o próprio Togliatti, por meio do conhecido “círculo virtuoso” que incluía Tania e Sraffa. E, quanto a Togliatti, não se deve esquecer a tentativa extrema realizada pelos representantes do PCI na décima plenária da Internacional Comunista, em julho de 1929, no sentido de defender o ensinamento de Gramsci, ou seja, uma visão não sectária e ligada à especificidade nacional, “popular” e não pura e simplesmente “proletária”, da “revolução italiana”, diante das pressões da Internacional. Capitulando com uma declaração de princípio quase dirigida para o futuro, disse Togliatti naquela ocasião:

É justo ou não pôr estes problemas nas discussões com os companheiros no centro do partido? Se o *Komintern* diz que não é justo, nós não os poremos mais;

⁸ [Sobre este conjunto de problemas – a carta do dirigente comunista Ruggero Grieco a Gramsci, que despertou profundas suspeitas no prisioneiro, o papel de Tatiana (Tania), Giulia e Eugenia Schucht no drama de Gramsci, etc. –, cf. a nova edição das *Cartas do cárcere*, em curso de publicação pela Ed. Civilização Brasileira (N. do T.)]

cada um de nós vai pensar nestas coisas e não vai falar mais delas; dir-se-á que a revolução antifascista será uma revolução proletária. Mas cada um de nós vai pensar que não é de modo algum certo que teremos sua direção desde o primeiro momento e vai pensar que só poderemos conquistá-la no curso da luta [...] sempre dissemos que era tarefa do nosso partido estudar a situação particular da Itália [...] Se o *Komintern* nos pede que não o façamos mais, não o faremos mais [...] mas, como não se pode impedir que pensemos, guardaremos estas coisas para nós e nos limitaremos a fazer afirmações gerais. Mas eu afirmo que este estudo deve ser feito. (RAGONERI, 1976, p. 717)

Na linguagem do tempo (e do lugar), certamente cifrada mas não incompreensível para quem esteja minimamente a par da matéria, Togliatti enfatiza que o partido italiano não está convencido de que, contra o fascismo, esteja na ordem do dia a “revolução proletária”, isto é, comunista, não está convencido de que não é preciso apelar a um arco mais amplo de forças. Com o que se põe em dúvida, de fato, toda a formulação do “socialfascismo”. Togliatti acrescenta que os comunistas italianos só recuarão diante da maioria do *Komintern* porque não é possível agir de outro modo, porque se encontram num “estado de necessidade” objetivo, no qual o caminho para continuar a “fazer política” não tem alternativa.

São palavras pronunciadas numa instância oficial, cujo peso parece difícil subestimar. No entanto, elas muitas vezes são esquecidas de modo ligeiro. É verdade que, com a “virada” de 1929, a aprovação da política do “socialfascismo” e sua imposição a todos os partidos da Internacional, Togliatti e o PCI afinal aceitaram plenamente – salvo poucas exceções, entre as quais os “três”: Leonetti, Tresso e Ravazzoli – o novo curso staliniano, que de fato invertia a formulação política de 1926 e voltava a apostar numa crise incipiente e catastrófica do capitalismo. Mas o que mais teria sido possível fazer? Mesmo um crítico muitas vezes severo de Togliatti e da história do PCI, como Mario Pirani, recentemente escreveu:

Mais simples proclamar um ato de abjuração ética do que se pôr diante do dilema de uma escolha de campo ditada pelo espírito de sobrevivência daquele pequeno partido clandestino sob a ditadura fascista [...], e o partido comunista, até o surgimento do Partido de Ação e dos núcleos de Justiça e Liberdade, na passagem para os anos quarenta, continuará a ser, na clandestinidade, a única forma organizada e permanente de oposição ao fascismo. (PIRANI, 2004)

De todo modo, é real a divergência sobre a “virada” manifestada no cárcere por Gramsci e é conhecido o isolamento que ele sofreu por parte dos outros presos comunistas “ortodoxos”. Mas deve-se acrescentar que Gramsci não foi “condenado”

como herético pelo PCI nem foi expulso como os “três”. Talvez não tivesse sido difícil – se Togliatti verdadeiramente quisesse se desembaraçar politicamente de Gramsci, abandonando-o ao seu destino, ao cárcere fascista e a condições de vida ainda mais duras – envolver este último como alvo da luta contra o “trotskismo”. Hábil e prudente, Togliatti escolheu o silêncio, fazendo com que, por algum tempo, o nome daquele que, indiscutivelmente, continuava a chamar de seu “mestre” não aparecesse mais, por exemplo, em *Lo Stato operaio*. Mas, quando as escolhas políticas da URSS e da Internacional o permitiram – mesmo antes do VII Congresso e da política das “frentes populares”, não coincidente, mas pelo menos convergente com a proposta da “Constituinte” formulada por Gramsci no cárcere –, a presença de Gramsci voltou a ser considerável tanto nos jornais do PCI e da Internacional, quanto nas manifestações dos comunistas, não só italianos.

Numa situação muito difícil, Togliatti conseguiu salvar não só a si mesmo e ao seu partido, mas também o pensamento de Gramsci, ainda que não sua vida, dada a reiterada oposição de Mussolini a qualquer forma de “troca de prisioneiros”. Assim que se determinaram as circunstâncias de uma nova “viabilidade política”, também a “política de Gramsci” (obviamente, tal como Togliatti a interpretava e a adaptava às condições de ação efetiva) foi reproposta por Ercoli (Togliatti).

Guerra de posição

Assim, na escolha togliattiana de atravessar a noite do stalinismo está a raiz de algumas conseqüências políticas não negligenciáveis: luta antifascista (na Espanha e na Itália), Resistência, Constituição republicana (a mais avançada do Ocidente, ainda que destinada a restar amplamente inaplicada por causa da “guerra fria”). Com efeito, de volta à Itália em março de 1944, Togliatti – com a “virada de Salerno”,⁹ a refundação do PCI, o “partido novo” de massas tendencialmente não ideológico, ou não “monoideológico”, a opção “nacional” e “democrática” dos comunistas italianos, a “operação Gramsci” – lança uma política profundamente nova, ainda que respeitando fundamentalmente os “campos”, ou seja, a divisão do mundo decidida

⁹ Gravagnuolo (2004) também lembrou uma outra “lenda negra” relativa a Togliatti, segundo a qual ele teria sido “um fantoche de Stalin, mero executor da virada de Salerno em 1944. Uma tese falsa e desmentida pelos fatos”. O artigo prossegue recordando a prudência tática de Ercoli também nesta circunstância, somada ao fato de que ele foi **desde o início** um dos idealizadores e defensores da “virada”, que depois aplicaria uma vez obtido o necessário beneplácito de Stalin.

[A “virada de Salerno”, anunciada por Togliatti depois de 18 anos de exílio, implicou, entre outros pontos, a participação dos comunistas na coalizão de governo dirigida por Pietro Badoglio, depois da queda de Mussolini; a busca de amplas alianças com os demais partidos antifascistas; o adiamento da questão monárquica para o período constituinte que se seguiria ao fim da guerra (N. do T.)]

em Yalta. Era o início de um novo modo de ser do Partido Comunista Italiano, sob muitos aspectos distante da tradição terceiro-internacionalista da qual provinha. As novidades da política togliattiana, afirmou-se, podem ser resumidas antes de tudo na concepção do “partido novo” e na ênfase sobre o caráter democrático e nacional da ação do PCI. E tal formulação encontrava as próprias raízes – mais do que em Gramsci, com cujo pensamento de todo modo convergia, inclusive em função da formação comum e do decisivo trecho de caminho percorrido em conjunto – talvez sobretudo em alguns momentos da trajetória togliattiana dos anos trinta (as frentes populares, a guerra civil espanhola, a reflexão sobre as novas características do fascismo e da sociedade de massas).

Daí data a possibilidade concreta de um novo modo de ser comunista. Na base desta possibilidade há também uma leitura de Gramsci e sua adaptação a uma situação que Togliatti, não de todo errado, interpreta de modo bem mais **pessimista** em relação às previsões do autor dos *Cadernos*. Togliatti atribui a Gramsci muitos momentos de inovação política que são, acima de tudo, seus. Mas do seu antigo mestre ele extrai, parece-me, uma convicção fundamental: o reexame do conceito de revolução, a assimilação da guerra de posição e da conquista da hegemonia como único caminho possível para a superação da sociedade capitalista no Ocidente.

Gramsci compreendeu e analisou no cárcere a passagem de “Oriente” para “Ocidente” como passagem da “guerra manobrada” à “guerra de posição”: a “tomada do Palácio de Inverno” encerra a época das revoluções de barricada oitocentistas, dos golpes de mão por parte de minorias organizadas, ainda que agindo “em nome” de uma maioria. Nas sociedades complexas, o processo é muito mais lento, articulado, difícil, baseado na conquista daquilo que Gramsci, com a linguagem proveniente da Primeira Guerra Mundial, chama de “fortalezas” e “casamatas” (GRAMSCI, 1975, p. 866).

Por isso, a meu ver, quem sustenta que Togliatti teria escolhido a via reformista, mas sem ter a coragem de chegar coerentemente a uma opção socialdemocrata – definindo-o, pois, como um “reformista incompleto” –, formula a questão de modo equivocado. Porque não compreende que Togliatti nunca pensou – em 1944, em 1956 ou em 1964 – na possibilidade de chegar a qualquer tipo de *Bad Godesberg*. Ele sempre continuou a pensar na necessidade-possibilidade de superar a sociedade capitalista, mas (gramscianamente) não mais pensava que isto fosse possível seguindo o velho caminho. A “via italiana para o socialismo” – recuperação e relançamento, depois de 1956, das características específicas da “política de Salerno” – era, na realidade, a “via para o socialismo” de toda a modernidade, como também se depreende do *Memorial de Yalta*.

O limite da política togliattiana do pós-guerra talvez tenha sido outro: Togliatti não seguiu Gramsci até o fim na compreensão da necessidade de criar “um novo senso comum” ou, pelo menos, não conseguiu desenvolver esta indicação de modo convincente. A batalha pela hegemonia deu bons resultados sobretudo quando teve como alvo a “conquista” dos intelectuais, em parte como dirigentes, em parte como aliados do movimento comunista. Mas foi muito menos incisiva em tentar criar uma difusa “concepção de mundo” não limitada à esfera política, capaz de subverter até aquela “cotidianidade” na qual a ordem burguesa da sociedade tinha seus “guardiães” mais eficazes. A **diversidade** das massas comunistas repousava em grandes opções simbólicas (em primeiro lugar, o mito da URSS), mas a batalha para lhes dar uma escala de valores diferente, nem burgueses nem católicos, teve limites precisos. Não faltam as motivações e as justificações para tais limites, mas isto não suprime o fato de que, aqui, o “partido novo” perdeu uma batalha decisiva para conquistar “casamatas” do adversário.

Em definitivo, não se deve subestimar a distância existente entre a elaboração de Gramsci no cárcere e a elaboração teórico-política togliattiana: a “guerra de posição” gramsciana era uma estratégia de fôlego mais ampla do que a política do PCI no pós-guerra; ela indicava novos modos de luta anticapitalista e de transição ao socialismo que Togliatti e seu partido só em parte souberam e puderam tentar. Por outro lado, deve-se dizer que o “partido novo” togliattiano se distancia de Gramsci também em chave positiva, no tocante à aceitação explícita do pluralismo e da democracia política.

Em suma, pode-se dizer que Togliatti realizou amplamente uma política de inspiração gramsciana, com os limites que lhe adinham do seu realismo e de Yalta, mas também de uma leitura global do capitalismo do século XX, a qual, sob alguns aspectos, não estava à altura da leitura de Gramsci.

Duplicidade?

Com a “guerra fria” (1948), a “política de Salerno” deu, sem dúvida um passo atrás. A originalidade dos comunistas italianos não desaparecia, mas a contradição entre a “via italiana” e a resoluta adesão ao alinhamento comunista em torno da URSS provocava, também no PCI e em Togliatti, o ressurgimento de comportamentos culturais e, em parte, políticos, mais próximos da posição soviética. É aqui que se evidenciaria com mais vigor aquela “duplicidade”, ou “dupla lealdade”, que, segundo alguns intérpretes, teria viciado pela raiz o “partido novo”, ao mesmo tempo nacional e internacional, esteio da nova democracia italiana e defensor acríptico da

URSS. Mas quando Togliatti deveria e poderia ter **rompido** com a União Soviética? Seguramente, como argumentou Rossana Rossanda, não teria podido construir o “partido novo” a partir de uma ruptura com o comunismo soviético:

É inimaginável que o fizesse declarando uma separação em face da Revolução de Outubro e da URSS. A URSS tinha sido fundamental na Segunda Guerra Mundial, tinha sustentado, sozinha com a Grã-Bretanha, o peso da *Wehrmacht* até a abertura da segunda frente em junho de 1944 com o desembarque americano na Normandia, e Stalingrado tinha sido, para todos, uma reviravolta decisiva. No fim do conflito, as perdas humanas soviéticas somariam pelo menos 22 milhões de pessoas e era difícil acreditar que um país estrangulado pelo terror bolchevique teria enfrentado tão denodadamente uma invasão antibolchevique. Ninguém teria entendido um partido comunista que viesse ao mundo distanciando-se da URSS. (ROSSANDA, 2004)

Com o início da guerra fria, uma opção de distanciamento em face da União Soviética se tornou ainda mais difícil, não obstante a ampliação dramática de alguns dos piores traços do stalinismo nos países do Leste. O mundo dividido em dois oferecia bem poucas possibilidades à “via italiana”,¹⁰ o mito de Stalin estava mais forte do que nunca, o próprio grupo dirigente do PCI, sobretudo seu grupo histórico, que de fato detinha no partido as alavancas decisivas de comando, não parece hoje tão consciente e avançado quanto Togliatti, no tocante à **diversidade** em face do comunismo soviético.¹¹ E também Togliatti deve ter considerado que, sem o apoio da URSS, o partido italiano teria sido duramente combatido, com métodos ainda mais repressivos do que os de Mario Scelba, então ministro do Interior. Não obstante todos os limites, os atrasos, os erros, os silêncios que podem ser sublinhados no comportamento de Togliatti, resta de pé o que Aldo Agosti reiterou em polêmica explícita tanto com Aga Rossi e Zaslavski quanto com Silvio Pons:

A tese do ‘vínculo externo’, por mais elementos de força que contenha, mostra-se, em última análise, redutiva como *passe-partout* da complexa trajetória do PCI depois de 1944 e, portanto, indiretamente, como base de uma releitura dos últimos vinte anos da vida e da obra de Togliatti. É uma explicação que parece subestimar a contribuição que o PCI deu, não só à defesa da legalidade constitu-

¹⁰ Não se sustenta a comparação que às vezes se apresenta, com a opção titoísta da “terceira força”. Em primeiro lugar, o partido iugoslavo estava no poder. Em segundo lugar, suas posições e seu modo de ser, sob muitos aspectos, estavam mais perto de Moscou do que de Roma.

¹¹ É Rossanda quem recorda o conhecido e emblemático episódio da firme recusa oposta por Togliatti ao convite de Stalin, em 1951, para que ele deixasse a Itália e fosse dirigir o *Kominform*, diante de uma direção do PCI que se pronunciou de modo favorável ao “pedido” do líder russo (ROSSANDA, 2004).

Togliatti, de Gramsci a Yalta

cional republicana, mas ao crescimento de uma cultura democrática difusa no país. (AGOSTI, 2004)

A estratégia togliattiana se baseava na hipótese de um longo período de colaboração entre os partidos democráticos, uma hipótese nascida, não só de Yalta, mas de uma análise do fascismo como fase epocal e da sociedade italiana como profundamente atrasada, o que fazia temer a possibilidade de um retorno a formas abertamente reacionárias de hegemonia burguesa. Pelo menos até a metade dos anos cinquenta, a ênfase sobre o risco involutivo é tão forte que torna os comunistas pouco sensíveis diante dos processos de modernização em curso no país. Tal comportamento também nascia de uma errada convicção básica de toda a cultura terceiro-internacionalista, segundo a qual era impossível um novo desenvolvimento do capitalismo.¹²

O último Togliatti

Em 1956 inicia-se uma nova fase de toda a elaboração de Togliatti, fase que culmina no *Memorial de Yalta*. Naquele ano, como se sabe, mas como freqüentemente se esquece, acabaram por se entrelaçar muitos acontecimentos, não de sentido unívoco, destinados a encerrar toda uma fase histórica e a abrir outra. O ano se iniciou com o XX Congresso do PCUS (fevereiro) e se concluiu com o VIII Congresso do PCI (dezembro). Entre estes dois acontecimentos, as revelações de Khruchtchev sobre o stalinismo; as revoltas operárias da Polônia (junho) e os fatos da Hungria (outubro-novembro); a gravíssima crise de Suez. Na Itália, as eleições administrativas de junho, a reaproximação entre socialistas e socialdemocratas (“o encontro de Pralognan”) e a ruptura do pacto de unidade de ação entre socialistas e comunistas. No plano mundial, portanto, o início da era inteiramente pós-staliniana e da crise entre partidos e países comunistas, bem como o colapso do colonialismo anglo-francês e a confirmação do novo predomínio estadunidense. No plano interno, a crise do centrismo, os primeiros sinais do centro-esquerda, as dificuldades gerais do PCI depois da grave derrota no ano anterior dos metalúrgicos na Fiat, índice do atraso e da debilidade que o movimento operário apresentava na fábrica diante da forte reestruturação do capitalismo italiano e das grandes mudanças que este fato produzia em toda a sociedade.

Para milhões de comunistas, 1956 é, portanto, o colapso das certezas de sempre, a crise de um modelo e de todo um mundo ideológico. Diante do terremoto que se

¹² Como se sabe, *Americanismo e fordismo*, de Gramsci, constituía uma exceção; não casualmente, é a parte dos *Cadernos* mais subestimada pela leitura de Togliatti e de todo o PCI até praticamente o início dos anos setenta.

seguiu às “revelações” do XX Congresso, Togliatti reagiu repetindo intransigentemente a própria “escolha de campo”, mas ainda uma vez foi o mais avançado – como Rossana Rossanda observou – ao tentar explicar de modo não reduutivo os erros dramáticos do stalinismo e ao administrar de modo flexível as turbulências internas do partido.¹³ Num ano tão terrível, e mesmo com muitas reticências, Togliatti tentou controlar o processo lutando – como se dizia antigamente – “em duas frentes”: por uma parte, para conservar a **diversidade** comunista, para não se desnaturar até a aceitação do sistema capitalista; por outra, para tentar **levar adiante** toda a linha de frente da reflexão e da cultura, tanto do seu partido quanto do movimento comunista internacional. O maior e mais dramático limite aconteceu diante da intervenção soviética na Hungria, numa situação em que a “escolha de campo” não teve nuances. Mas, antes e depois, a reflexão de Togliatti se revela crítica, explícita e implicitamente, em relação à União Soviética. Sobretudo na entrevista a *Nuovi Argomenti* e, depois, no *Relatório* para o VIII Congresso.

São dois os pontos mais relevantes da entrevista. Em primeiro lugar, havia a tentativa de explicação dos desvios stalinianos que rechaçava a reduitiva categoria do “culto à personalidade”, para buscar enfatizar os fenômenos sociais, as situações histórico-políticas que estavam na raiz dos fatos. Togliatti escrevia:

[...] enquanto nos limitarmos, em substância, a denunciar como causa de tudo os defeitos pessoais de Stalin, continuamos no âmbito do ‘culto à personalidade’. Antes, todo o bem era devido às sobre-humanas qualidades positivas de um homem; agora, todo o mal é atribuído aos seus defeitos igualmente excepcionais e até assombrosos. Tanto num caso quanto no outro estamos fora do critério de julgamento que é próprio do marxismo. Escapam-nos os problemas reais, que residem no modo e no motivo por que a sociedade soviética pôde chegar, e chegou, a certas formas de distanciamento e até de degeneração da vida democrática e da legalidade que ela havia traçado para si. (TOGLIATTI, 1972, p. 249-50)

Esta retificação metodológica, que apreendia o real ponto fraco da rota traçada pelo grupo dirigente do PCUS, fazia-se seguir por uma explicação dos fatos mais séria, que acentuava a burocratização e a esterilização da atividade de massas, fenômenos possibilitados pela guerra civil, primeiro, e depois pela luta interna do PCUS (cujas conseqüências, em 1926, Gramsci havia bem visto).

O segundo aspecto importante da entrevista, aquele politicamente mais relevante, era o tema do “policentrismo”, isto é, a convicção de que se iniciasse de fato uma nova fase na história do movimento comunista internacional:

¹³ “Nenhum dos querelantes foi expulso”, observou R. Rossanda (2004).

Togliatti, de Gramsci a Yalta

A estrutura política interna do movimento comunista mundial hoje mudou – afirmava Togliatti – e o modelo soviético não pode e não deve mais ser obrigatório. Em cada país governado pelos comunistas podem e devem influir de modo diverso as condições objetivas e subjetivas, as tradições, as formas de organização do movimento. No resto do mundo, existem países onde se pretende ir ao socialismo sem que os comunistas sejam o partido dirigente. Em outros países, a marcha para o socialismo é um objetivo para o qual se concentram esforços que partem de movimentos diversos [...]. O conjunto do sistema se torna policêntrico e no próprio movimento comunista não se pode falar de uma direção única, mas sim de um processo que se realiza seguindo caminhos freqüentemente diversos. (TOGLIATTI, 1972, p. 264-5)

A Polônia, primeiro, e sobretudo a Hungria, depois, deram indicações bem diferentes quanto à vontade ou não dos soviéticos de assumir uma ótica “policêntrica”. Togliatti – diante da tempestade – cedeu também ao reflexo defensivo filossoviético de uma ampla parte do seu partido, um reflexo que, com toda a probabilidade, era também o seu. Segundo muitos, foi aqui que o PCI perdeu uma oportunidade histórica para propor um modelo diferente de comunismo, distanciando-se ainda mais da URSS, acelerando o ritmo de uma consciência crítica que alcançasse todo o partido, dando, em suma, aquele passo que Luigi Longo deu em 1968 em relação à Tcheco-Eslováquia. A história não se faz com os “se”, e hoje é realmente difícil dizer se as alternativas possíveis (que sempre existem) à linha política seguida por Togliatti teriam gerado bons frutos. Gianpasquale Santomassimo, por exemplo, escreveu:

[...] entre pular a barricada e aceitar o fato consumado, existia uma infinidade de posições intermediárias – algumas das quais também realmente representadas dentro do PCI por homens como Terracini e Di Vittorio – que poderiam ser tomadas. Fidelidade ‘obrigatória’ ao campo socialista e acentuação da crítica às características daquilo que, nos anos seguintes, seria definido como ‘socialismo real’ eram exigências que podiam conviver, de maneira atormentada, mas provavelmente fecunda. (SANTOMASSIMO, 2004)

Logo em seguida, o VIII Congresso do PCI pareceu, de fato, relançar com grande coragem e autonomia a originalidade do comunismo italiano. O ponto de partida da reflexão togliattiana foi uma nova constatação da superação da idéia do Estado-guia e, portanto, a afirmação da necessidade de “seguir, na nossa marcha para o socialismo, uma via italiana” (TOGLIATTI, 1957, p. 45).

A Constituição republicana constituía o quadro dentro do qual tal “via” devia ser traçada: Constituição cujo parlamentarismo e pluralismo político eram aceitos

plenamente, mas cujas potencialidades de uma futura democracia econômica também não eram esquecidas (TOGLIATTI, 1957, p. 55-7). Neste quadro se situava a teorização das reformas de estrutura que, precisava Togliatti, “não são o socialismo. São, no entanto, uma transformação das estruturas econômicas que abre o caminho para avançar ao socialismo”. Contra quem afirmava que “já aconteceram reformas de estrutura, certas nacionalizações, por exemplo, sem que nos países que as realizaram tenha havido progresso para o socialismo”, Togliatti replicava:

Por si só, uma nacionalização pode não significar grande coisa. Feita de determinadas maneiras, pode até conferir certas vantagens a certos grupos capitalistas ou a grupos políticos não progressistas. Mas as coisas mudam quando esta ou outras medidas de luta contra o grande capital monopolista são parte integrante de uma ação contínua, de uma luta incessante [...]. O problema, pois, não é resolvido com fórmulas, mas é decidido com a ação, buscando organizar e dirigir um amplo movimento de massas, bem como travar vitoriosamente lutas tais que imponham mudanças radicais das orientações econômicas e políticas gerais. (1957, p. 52).

Decisivo era, em suma, o tipo de luta que sustentava as reformas de estrutura, a estratégia na qual estavam inseridas as transformações que podiam provocar não só no sistema estatal e no produtivo, mas também na consciência e na **subjetividade** das massas. Elas constituíam a tentativa de fugir à alternativa entre reformismo, que permanece dentro do sistema, e veleidade revolucionária, verbalmente agressiva mas impotente nos fatos. Indicavam-se, assim, objetivos intermediários, em torno dos quais concentrar amplas coalizões de luta que servissem para deslocar as relações de força em favor da classe operária e dos seus aliados.

Não é possível, aqui, sequer tentar explicar por que, durante os anos sessenta, esta estratégia se deteve, não conseguiu ter o alcance – para usar termos gramscianos – de uma autêntica “reforma intelectual e moral” e, portanto, de uma “anti-revolução passiva”. E talvez não se tenha realizado uma análise da nova relação entre economia, sociedade e Estado à altura da que tinha sido feita por Gramsci nos *Cadernos* em relação à realidade dos anos trinta. Restou todavia, nos comunistas italianos, a renovada consciência de dever basear a luta pelo socialismo no seu nexos com a democracia, com a manutenção e a ampliação da democracia. A nova problematização da relação entre democracia e socialismo atravessa todo o último Togliatti, até o *Memorial de Yalta*, no qual se evoca explicitamente “o problema [...] da superação do regime de supressão das liberdades democráticas” no socialismo real. Adriano Guerra sublinhou como, no seu último escrito, Togliatti ia “ao centro do problema”, apontando “a ‘questão da democracia’ como o tema básico para uma nova aborda-

gem da URSS, da sua realidade, da sua história. Aqui está certamente o ponto mais importante do *Memorial*” (GUERRA, 2004)¹⁴.

Um homem derrotado?

Quase como a reagir a uma série de interpretações avaliadas como excessivamente benevolentes em relação a Togliatti, com particular referência a algumas afirmações feitas por Piero Fassino (2004), Biagio De Giovanni quis estigmatizar “o ‘continuismo’ de esquerda”, como está no subtítulo da sua intervenção no *Corriere della sera* (2004). Giovanni fala da “derrota” de Togliatti. Mas com esta expressão, parece-me que ele, na realidade, quer indicar um outro tema: o “erro de visão estratégica” do dirigente do PCI. Para Giovanni, errônea foi toda a ação de Togliatti, não só este ou aquele episódio particularmente “grave” (o stalinismo, a Hungria). Errado esteve todo o “comunismo” em qualquer uma das suas formas e, portanto, errados estiveram todos aqueles que nele **acreditaram**, sem depois se arrependem e emendarem.

Está claro, pois, como o juízo sobre Togliatti pesa sobre uma esquerda, em ampla medida, ainda em busca de uma identidade desde 1989. Um teste decisivo. Renegar Togliatti talvez seja, hoje, necessário para quem queira, de fato, repudiar a experiência do comunismo do século XX. Mas quem, ao contrário, disse ou diz não querer subscrever tal abjuração, como é que imagina não se referir, ainda que mais ou menos criticamente, àquela conjugação de democracia e socialismo e àquela poderosa tentativa de emancipação das classes subalternas, que foram a marca fundamental do pensamento e da política de Togliatti? No entanto, hoje, não muitos, à parte o ritual de um aniversário, parecem verdadeiramente querer se apresentar como seus herdeiros.

¹⁴ [O *Memorial de Yalta*, considerado o testamento político de Togliatti e redigido em Yalta, pouco antes da sua morte, teve uma pioneira tradução no volume *O caminho italiano para o socialismo* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966). Traduzido por Cecília Thompson, Luiz Mario Gazzaneo e Dalton Boechat, este volume também traz um expressivo depoimento de Jean-Paul Sartre sobre o dirigente italiano (N. do T.)]

Referências

- AGOSTI, A. L'uomo de frontiera tra occident e orient. **L'Unitá**, 20 ago. 2004.
- FASSINO, P. Togliatti um padre della Republica e fondatore di uma sinistra nuova. **Corriere della Sera**, 21 ago. 2004.
- GIOVANNI, B. De. Ma Togliatti fu sconfitto. **Corriere della Sera**, 23 ago. 2004.
- GRAMSCI, A. **Quaderni del cárcere**. Torino: Einaudi, 1975. v.1.
- GRAVAGNUOLO, B. Togliatti, la storia migliore. **L'Unitá**, 8 ago. 2004.
- GUERRA, A. Il memorial di Yalta, l'ultima battaglia. **L'Unitá**, 20 ago.2004.
- MORDENTI, T. Togliatti quarant'anni fa. E oggi? **Liberazioni**, 21 ago.2004.
- PIRANI, M. Togliatti i Meriti e ilimiti. **La Repubblica**, 20 ago. 2004.
- PISTILLO, M. **Gramsci-Togliatti**: polemiche e dissensi nel 1926. Roma: Lacaita, 1996.
- PONS, S. L'affare Gramsci-Togliatti a mosca: 1938:1941. **Studi Storici**, Roma, n.1, 2004.
- RAGIONIERI, E. **Palmiro Togliatti-per una biografia política e intellectuale**. Roma: Riuniti, 1976.
- ROSSANDA, R. Isilenzi di Togliatti, quarant'anni dopo. **Il Manifesto**, 19 ago.2004.
- SANTOMASSIMO, G. La virtú repubblicana di Togliatti. **Il Manifesto**, 31 ago.2004.
- SPRIANO, P. **Gramsci in cárcere e il partito**. Roma: Riuniti, 1977.
- TOGLIATTI, P. Rapporto. In: CONGRESSO DEL PARTIDO COMUNISTA ITALIANO, 8., 1957, Roma. **Atti...** Roma: Riuniti, 1957.
- TOGLIATTI, P. **O caminho italiano para o socialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- TOGLIATTI, P. L'intervista a Nuovi Argomenti. In: FERRI, F. **Sul movimento operario intenazionale**. Roma: Riuniti, 1972.
- TOGLIATTI, P. Gramsci, um nomo. In: LIGUORI, G. (Org.). **Scritti su Gramsci**. Roma: Riuniti, 2001.

— ** —

Togliatti, de Gramsci a Yalta

RESUMO: O presente texto procura fazer uma revisão e um breve reexame de alguns pontos decisivos da biografia política e intelectual de Togliatti, que continua a causar discussões e interrogações na vida italiana e no movimento comunista no século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Política; revolução; socialismo; partido; democracia.

ABSTRACT: This text tries to make a revision and a brief analysis of some of the decisive aspects of Togliatti 's political and intellectual biography, that is still causing many controversies and posing questions in Italian life and in the communist movement in the 20th century.

KEYWORDS: Politics; revolution; socialism; political party; democracy.